

Submetido em: 28/02/2023

Aprovado em: 28/02/2023

Publicado em: 08/03/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.489

RESUMO

Este artigo analisa o universo dos deficientes visual e visa aprofundar estudos relacionados ao processo de alfabetização dos mesmos, suas especificidades e as metodologias utilizadas para a obtenção de melhores resultados. Aborda questões e caminhos que podem beneficiar o processo de ensino-aprendizagem. Na questão da prática pedagógica busca-se olhar o trabalho com alunos com deficiência visual e a reflexão de procedimentos e recursos específicos que ajudam a direcionar o professor em sala de aula. Neste trabalho utilizou-se a pesquisa bibliográfica como metodologia de pesquisa e da relação teoria-prática, evidenciando a necessidade de se ficar atento às práticas pedagógicas que melhor se adapte às peculiaridades do deficiente visual. O processo de educação para os alunos com deficiência visual. Pode-se concluir que em relação ao processo de alfabetização e letramento dos deficientes visuais, é necessário oferecer orientação pertinente à área da deficiência visual e qualificação aos professores, para que esses propiciem trabalho satisfatório que atenda às necessidades das pessoas que requerem condições específicas para se desenvolverem e participarem do processo de inclusão, tão almejado por todos. Por isso, é importante tratar este assunto.

Palavras-chave: Letramento. Alfabetização. Desafios. Criança. Deficiência Visual.

ABSTRACT

This article analyzes the universe of children with visual impairments and aims to deepen studies related to their literacy process, their specificities and the methodologies used to obtain better results. It addresses issues and paths that can benefit the teaching-learning process. In terms of pedagogical practice, we seek to look at work with students with visual impairments and the reflection of specific procedures and resources that help to guide the teacher in the classroom. In this work, bibliographic research was used as a research methodology and the theory-practice relationship, highlighting the need to be aware of the pedagogical practices that best adapt to the peculiarities of the blind child. The education process for visually impaired children. It can be concluded that in relation to the literacy and literacy process of the visually impaired, it is necessary to offer relevant guidance in the area of visual impairment and qualification to teachers, so that they provide satisfactory work that meets the needs of people who require specific conditions to develop and participate in the inclusion process, so desired by all. Therefore, it is important to address this issue.

Keywords: Literacy. Literacy. Challenges. Kid. Visual impairment.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de deficientes visuais nas instituições de ensino e na sociedade é um grande desafio que a educação enfrenta hoje. Sociedade, professores, gestores educacionais e o poder público devem ser e estar preparados para a inclusão dos deficientes visuais, pois este, assim como toda a sociedade, tem direito à educação de qualidade.

No entanto, percebe-se a necessidade de se obter maiores conhecimentos para auxiliar a formação de professores que atuam no sistema regular de ensino, proporcionando uma educação eficiente e, que favoreça os alunos. Muitas vezes, o professor recebe um aluno cego e fica sem saber quais as ações corretas e como se deve proceder no processo de alfabetização do mesmo

Para tanto, buscou-se o conhecimento a respeito da deficiência visual com seus principais aspectos, características e peculiaridades, a alfabetização e aprendizagem de alunos cegos, a abordagem dos principais recursos didáticos para sua educação e o trabalho do Atendimento Educacional Especializado. Este trabalho se constitui numa oportunidade para um melhor entendimento do processo de alfabetização e das necessidades de uma educação com qualidade para o deficiente visual.

¹ Mestre em Ciências da Educação. E-mail: sebastianasilvas@hotmail.com.

Outra motivação se relaciona aos resultados encontrados no estudo de caso. Diferentemente da maioria das publicações analisadas sobre os saberes e os processos de alfabetização e letramento dos alunos cegos. A linguagem escrita presente em nosso cotidiano favorece a compreensão sobre a importância da cultura escrita e possibilita a participação nas práticas sociais que a envolvem. Desse modo, ao iniciar o processo formal de aprendizagem da leitura e da escrita.

Sendo assim, buscando contribuir na construção dessa nova identidade docente, este artigo analisa o universo dos deficientes visuais e visa aprofundar estudos relacionados ao processo de alfabetização dos mesmos, suas especificidades e as metodologias utilizadas para a obtenção de melhores resultados.

Diante disso, os objetivos específicos são: a) caracterizar os desafios e as práticas que envolvem o método de alfabetização de um deficiente visual dentro do contexto da escola pública; b) Verificar as práticas de letramento que os professores estão utilizando aos alunos com deficiência visual.

Com isso, esse trabalho se debruça sobre a seguinte questão: Quais são os desafios e como os professores demovem conhecimentos/estratégias para enfrentá-los no processo de alfabetizar letrando os alunos com deficiência visual?

A relevância da produção do artigo se deu pelo fato de poder mostrar aos futuros leitores a perspectiva de aprendizagem para o deficiente visual e também a importância do professor como mediador, acreditando nas potencialidades destes deficientes e não focando nas dificuldades.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O conceito de educação inclusiva busca a inserção social de todas as crianças com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Nesta integração busca-se a interação com outras crianças e um desenvolvimento conjunto. No entanto, por vezes, surgem dificuldades por parte da escola e professores em integrar essas crianças devido às necessidades de obter condições adequadas.

No Brasil, a constituição de 1988, assim como a LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) mostra a importância de promover a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade. Para que a escola seja na íntegra um espaço de formação para todos, com um ambiente verdadeiramente inclusivo, é preciso que as políticas públicas de educação sejam direcionadas à inclusão e que esteja munida com materiais, equipamentos e professores especializados

A democracia da educação só se confirma nos sistemas educacionais que promovem a qualidade de ensino e se tornem aptas a responder às necessidades de cada educando de acordo com suas peculiaridades, pois todos precisam de escola para aprender e não para marcar presença ou serem atendidos à parte.

Uma escola inclusiva, embora seja contestada por alguns e tenha assustado a comunidade escolar por exigir mudanças e atitudes, nos leva a refletir que se trata de um posicionamento social que garante a igualdade e o respeito às diferenças. E para que haja sucesso na inclusão de alunos com deficiência é preciso atingir progressos significativos na aprendizagem das mesmas, por meio da adequação das práticas pedagógicas habilitadas para a diversidade e especificidades de cada criança.

A inclusão de um aluno com deficiência na escola regular vai além de permitir a participação e frequência nas aulas, requer participação ativa no processo de aprendizagem, na socialização e vivência.

2.1 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DO DEFICIENTE VISUAL

As concepções acerca dos processos inclusivos desafiam-nos a rever conceitos e práticas relacionados aos processos de ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência. No caso das pessoas cegas, há certas controvérsias e alguns conceitos que precisam ser repensados ou tornados objetos de reflexões mais aprofundadas.

2

As publicações, ainda escassas, sobre o processo de alfabetização dos alunos com DF são caracterizadas, em grande medida, pela ênfase no processo de aprendizagem da escrita e leitura do código Braille, tratada como sinônimo do processo de alfabetização (MONTEIRO, 2004).

A defesa do ensino do Braille como principal recurso para a aprendizagem da leitura e escrita para pessoas cegas é controversa. Para alguns autores, a aprendizagem do Braille é fundamental, pois somente através dele as crianças cegas teriam acesso à leitura e escrita (ALMEIDA, 2008).

Entretanto, há outros autores que defendem que o Braille é importante, mas há inúmeras formas das pessoas cegas aprenderem e usarem a leitura e escrita, além do Braille, através de recursos tecnológicos

computacionais, através de recursos de leitores e escribas, através de jogos e brincadeiras, entre outros. (BATISTA; LOPES; ULMAIRA, 2016).

Aliados aos questionamentos apresentados acima, há outros, envolvendo a escrita Braille, que vão além das questões relacionadas à aprendizagem da escrita e leitura por esse sistema. Há relatos referindo-se à limitação sociocultural da presença e circulação do Braille (RODRIGUES, 2014; SILVA, 2011).

A ausência da escrita Braille no cotidiano de nossa sociedade induz a questionamentos sobre a finalidade de aprender a usar uma escrita restrita a um grupo de pessoas, pouco utilizada e desprestigiada. Em outras palavras, nos diferentes contextos socioculturais em que pessoas cegas participam/interagem, os significados e valores que a escrita assume são construídos pelos e para os videntes (GABAGLIA, 2014).

Dessa forma, a escrita em Braille tem circulação e produção restritas. Quase não há produção e circulação de livros, revistas, panfletos, embalagens ou outros produtos com a escrita em Braille. As bibliotecas públicas, quando possuem acervo em Braille, não suprem as necessidades de acesso às publicações impressas, como veremos no relato de Karine, que demonstra a frustração de suas ambições de leitora pela falta de acesso a impressos em Braille (RODRIGUES, 2014).

Rodrigues (2014), usuária do sistema Braille, narra fragmentos de seu processo de letramento. Da infância à juventude, sua narrativa reflete as expectativas e frustrações relacionadas aos usos e funções da leitura e escrita.

Semelhante a seus familiares e colegas de escola, que ela observava participando de situações de uso da leitura e escrita, Karine ansiava participar mais ativamente da cultura letrada da qual fazia parte. Na seção em que relatou seus saberes sobre a presença da escrita fora da escola, ela discorreu sobre algumas de suas expectativas em aprender a ler (SILVA, 2016).

Entretanto, com o passar do tempo, vieram as frustrações com a limitada disponibilidade de impressos em Braille, com poucas possibilidades de acesso a textos escritos, além de existirem poucos leitores para a sua escrita.

As concepções sobre os processos de alfabetização e letramento de pessoas cegas, apresentadas por Leite (2003), Almeida (2008), Lima (2010) e Monteiro (2004), por sua vez, sugerem desvantagens no processo de aprendizagem das pessoas cegas, porque elas teriam pouco contato com a leitura e a escrita.

Para estas autoras, a criança cega só se familiarizaria com os caracteres de sua escrita e leitura quando lhes são apresentados, formalmente, na escola, na maioria dos casos, por volta dos sete anos. Somente a partir desta idade iniciaria seu contato com os caracteres do alfabeto Braille, já com o propósito do aprendizado da leitura e da escrita.

Assim, como a alfabetização em tinta, predominante até os anos 80, a aprendizagem do Braille é tratada por muitos autores como uma habilidade adquirida por um indivíduo, independente do contexto social mais amplo, como a aprendizagem de uma técnica. Ou seja, esse formato de ensino do Braille pode ser compreendido como associado ao modelo autônomo do letramento.

Como esclarece Street (2014), o modelo autônomo de letramento opera com a noção de letramento em termos técnicos, independentemente do contexto social. Embora os autores citados acima creditem suas propostas de ensino às especificidades das necessidades de aprendizagem das pessoas cegas, a concepção de ensino evidenciada reproduz propostas de alfabetização vigentes no período compreendido entre a década de 20 até, mais ou menos, meados da década de 1980 do século passado.

2.2 ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A família ao descobrir que a criança tem comprometimento na visão, normalmente procura a cura através da ciência ou da religião, esquecendo-se de trabalhar os conceitos básicos para sua formação, deixando de estimular os outros sentidos e não desenvolvendo na criança as habilidades necessárias como as táteis, gustativas, olfativas e auditivas. Provavelmente, pelo despreparo em lidar com esta realidade, os mesmos contribuem para o atraso no aprendizado da criança, chegando à escola com inúmeras dificuldades e dificultando seu processo de aprendizagem.

A família, especialmente os pais, ocupa um importante papel na aprendizagem da criança. Sabe-se que a educação não formal se constitui num dos pilares essenciais na construção do eu. Segundo KUPFER (1989):

A educação da criança deve primar a dominação dos instintos, uma vez que tem que inibir, proibir, reprimir. Sabe-se que a ausência das restrições e de orientações pode deseducar em vez de promover uma educação saudável. As angústias são inevitáveis, mas a repressão excessiva dos impulsos pode originar distúrbios neuróticos. O problema, portanto, é encontrar o equilíbrio entre proibições

É na família que a criança cega adquire suas primeiras experiências educativas, sociais e históricas, é nela que aprende a se relacionar com o outro, que aprende mitos, crenças e valores que traçam seu perfil como pessoa. A família ocupa papel importante na vida escolar do filho, e este não pode ser desconsiderado, pois influenciam muito na aprendizagem deles. No momento em que chega à escola, a criança já traz consigo toda uma gama de conhecimento a respeito do mundo e de si mesmo.

Quando a criança cega é bem estimulada e recebe apoio necessário nos primeiros anos de vida, ela chega à escola com um desenvolvimento bem próximo ao da criança que vê. É a escola que irá ajuda a ampliar sua vida social, a sair do espaço pessoal e restrito de sua casa para explorar outros lugares, a ter novas vivências e conquistas. Porém nem todas as crianças são iguais, podendo algumas apresentar atraso em seu desenvolvimento em decorrência da ausência de estimulação adequada ou a restrição de experiências.

Para incluir a criança com DV, a escola precisa estar atenta às condições físicas como infraestrutura, mobiliário, sinais táteis e visuais para indicação dos locais e assim facilitar a mobilidade e a autonomia do deficiente visual. Porém, também necessita preocupar-se em proporcionar melhor preparação ao docente e uma qualidade de ensino às pessoas com deficiência visual, tentando minimizar suas dificuldades e buscando incluí-las nas atividades da escola como um todo.

Ao iniciar a alfabetização de crianças cegas deve ser feito um trabalho de estimulação contínua e consistente, na qual favorecerá o desenvolvimento das habilidades indispensáveis e básicas, como percepção corporal e espacial, definição de conceitos, discriminação tátil e auditiva, motricidade ampla e fina. Para que isso corra, é importante que a criança manuseie brinquedos com diferentes formas e texturas, assim como massinha, argila ou pasta de papel e outros materiais variados.

O desenvolvimento pedagógico deve ser iniciado com a exploração de objetos concretos e compreensão do corpo, com diversos recursos, envolvendo brincadeiras e utilizando materiais adaptados às suas necessidades, sempre inserindo o aluno no contexto da sala de aula e estimulando-o a participar das atividades propostas, antes de introduzir o ensinamento do braille.

Toda escola deve oferecer material didático acessível para os alunos cegos e com baixa visão, como regletes e punção (ferramentas para escrita braille), soroban (ábaco para o ensino do sistema numérico), máquina de escrever em braille, ferramentas de comunicação, com sintetizadores de voz para o computador, lupas manuais, eletrônicas, plano inclinado, jogos com letras e palavras ampliados, cores contrastantes e sua representação em braille.

A falta de estímulos visuais poderá causar um retardo nas aptidões que são necessárias para a alfabetização. A criança cega precisa de materiais e recursos para motivá-la a movimentar-se, a deslocar-se e a descobrir o mundo, necessita de materiais táteis que possa manusear para desenvolver a percepção tátil e coordenar os movimentos das mãos, muito importante na aprendizagem do braille.

Para Vygotsky (2005, p.77) a invenção do sistema Braille fez muito mais para os cegos que milhares de ações filantrópicas. Para o autor, “(...) a possibilidade de ler e escrever é mais importante que o ‘sexto sentido’ e a agudeza do tato e do ouvido”, a possibilidade de ler, decodificar o signo e extrair as informações de um texto para atingir um objetivo. Ler para se defender, para participar, para libertar-se, por prazer, ou seja, fazer uso da leitura como uma prática social, possibilitando uma ascensão social para o indivíduo.

Desse modo, cabe ao professor desenvolver a autonomia social e intelectual da criança para que essa se veja enquanto sujeito no processo, desenvolvendo suas críticas para que se torne um cidadão. Faz-se necessário que o professor transmita segurança estabelecendo vínculos afetivos, que contribuirão para o crescimento social, pessoal, afetivo e cognitivo.

Dialogar também é importante, pois a partir disso a criança tentará compreender o mundo com suas subjetividades. Para que isso aconteça, é preciso descrever o que está em torno da criança para ela possa fazer uma imagem que mais se aproxime do real.

4

O professor não deve ser um mero repassador de informações e sim que tenha desenvoltura em sua prática pedagógica, pois não existe receita pronta para a melhor maneira de alfabetizar principalmente em se tratando de crianças que requerem uma metodologia mais diversificada.

Levando em conta o estudo Piagetiano, que demonstra que a função cognitiva de crianças portadora de deficiência visual se desenvolve bem mais lentamente, comparando-se com o desenvolvimento de crianças videntes pode-se afirmar que o educando deve primeiro estar consciente da grandeza e da complexidade dessa empreitada.

Deve ser um observador severo e ficar atento à trajetória evolutiva do aluno que está em suas mãos,

mostrando-se um estudioso permanente da área educacional em que atua e acredita.

É muito importante que o docente reflita sobre suas práticas, que larguem os modelos ditos tradicionais e procurem trabalhar sob um novo olhar que contemple todos de uma maneira mais inclusiva. Elaboras seus planos de aula levando em consideração que existe em sala uma criança com dificuldade visual, e adaptando as atividades de maneira a tender as necessidades dela.

Portanto, o professor de crianças deficientes visuais precisa obter conhecimentos prévios de cada caso para poder elaborar um plano de trabalho e a adaptação curricular adequado às necessidades assim exigidas.

2.3 PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DO BRAILE

A partir da leitura de ambos os textos, percebemos uma relação entre o processo de alfabetização e letramento da trajetória de vida escolar de Silva (2015) e as abordagens destacadas no artigo de Silva e Anjos (2016) que tratam do processo de alfabetização e letramento da pessoa cega no Brasil, tendo o Braille como principal instrumento de alfabetização e as perspectivas pedagógicas acerca do papel da escola e do professor neste processo.

Desta forma, uma das primeiras dificuldades sofridas pela discente no processo de alfabetização, foi aprendizagem do código Braille. Conhecer alfabeto em Braille, para mim, aquilo ali era uma coisa muito sem graça porque eu tinha saído de uma vida que antes eu escrevia, eu pintava, eu tinha e não dependia de ninguém [...] foi muito impactante, na minha vida, eu deixar de fazer uma coisa que gostava pra fazer outra coisa que não gostava que era o Braille. Para mim, aquilo não tinha graça e eu também achava que nunca ia ler aquilo ali, porque sempre achei muito difícil ler o Braille [...] (SILVA, 2015, p. 27).

Segundo a autora, aprender o código Braille parecia uma tarefa impossível, pois exigiu sacrifícios e um tempo maior de alfabetização comparado ao período de alfabetização dos alunos videntes. De acordo com ela o código Braille, era uma leitura chata e mecânica, tanto que ela acabou desistindo em determinado período do aprendizado, retomando tempos depois.

Em relação ao processo de alfabetização da pessoa cega, Silva e Anjos (2016, p. 73) destacam, que “as pesquisas e publicações sobre o processo de alfabetização e letramento da pessoa cega, ainda escassos, se caracteriza pela ênfase no processo de aprendizagem da mecânica da escrita e leitura do código Braille, tratados como sinônimos do processo de alfabetização”.

Percebemos então, em ambos os textos mencionados acima que a teoria e a prática se relacionam, pois o processo de alfabetização da pessoa cega acontece de forma mecânica não levando em consideração o conhecimento de mundo letrada que a pessoa traz.

2.4 OS DESAFIOS DOS DOCENTES PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA DEFICIENTES VISUAIS

Em 2002, foi inaugurada a “Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena”, por meio da Resolução nº 1, que versa sobre a sistematização de cada estabelecimento de ensino, que deverá constatar diferentes maneiras de tendências próprias à capacitação para o trabalho do educador, de modo que considerem as de forma que contemplem as peculiaridades dos estudantes com necessidades educacionais próprias (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002).

Segundo Glat e Pletsch (2010), a fim de que a Educação Inclusiva decorra deveras, é imprescindível a atuação presente do professor, o qual terá papel primordial no preparo destes estudantes com deficiências educacionais próprias que estão se aproximando do ensino e também será ator na ambientação dos materiais didáticos e recursos pedagógicos para ajudar na inclusão destes.

5

Mediante o dever de inserir os deficientes visuais em turmas comuns do ensino regular, algumas das principais barreiras afrontadas pelos agentes educacionais no dia-a-dia são: a harmonia com as peculiaridades, a interação família-instituição e docentes preparados para trabalhar com essa realidade.

O cenário atual demonstra que as instituições são sítios contraditórios, onde se encontra hábitos preconceituosos e compreensão, e que se encontram longe de estarem preparados ao que é recomendado nos documentos oficiais sobre inclusão escolar (MATOS, MENDES, 2015).

Confirmando esta posição, Dorneles (2002), reflete que conhecimento escolar do deficiente visual intermediada pelo educador em uma escola, encara algumas delimitações, como a capacitação do docente e as dificuldades que dizem respeito às políticas públicas desse setor.

É de intensa importância desatar pontos consolidados na coletividade, abrangendo a sociedade escolar e providenciar meios para recepcionar recursos com a finalidade de recepcionar e preservar o discente na classe regular. O docente necessita compreender o aprendiz deficiente visual como um indivíduo com diversas capacidades e não como um indivíduo desigual.

Conforme a explanação de Glat e Oliveira (2004), é necessário a formação de todos os docentes com rapidez para alcançar êxito na inserção desses alunos, mediante uma continuação crescente; dessa forma eles conseguirão interagir com seus dessemelhantes alunos e, por conseguinte, com suas peculiaridades e insuficiências próprias.

O docente da classe regular não está preparado para se deparar com o estudante portador de necessidade especial e também não há projeto de prosperidade focado na capacitação desses atores, por não haver debate profundo em relação a execução pedagógica que torne a qualificação regular e durável; além do escolar com necessidades especiais ainda é encarado como tarefa única da educação especial (GLAT, PLETSCH, 2010).

Diante desse cenário, é indispensável que os educadores floresçam aptidões para gerar, projetar, implantar diversos métodos didáticos e metodológicos que, realmente, assegurem a inserção desse estudante com necessidades especiais. Portanto, é necessário que educadores inseridos no ensino regular, bem como os que estão com a formação em andamento ultrapassem conceitos pré-julgados de que a necessidade especial é um ponto de impedimento no desenvolvimento do estudante (CAMARGO *et al.*, 2009).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica apoiando-se em artigos científicos, BNCC e sites educacionais e diversos autores. Os artigos, as teses e dissertações foram objetos de investigação desse estudo, retirados de sites e obras idôneas e reconhecidos pela confiabilidade

Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo e bases de dados (GIL, 2010).

Como critérios de inclusão, foram utilizadas apenas as referências publicadas em idioma português, com textos completos para acesso nas bases de dados atualizados, publicações cujos objetivos fossem a identificação ou a descrição do assunto abordado. Foram excluídas publicações com outros idiomas, bem como publicações que embora dentro da temática, não davam resposta aos objetivos do estudo, ou o texto não se encontrava na íntegra.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em se tratando de crianças com limitação visual, em fase de alfabetização, é necessário que o professor faça um trabalho sistemático para desenvolver os órgãos sensoriais antes de introduzir a leitura e a escrita, como veremos a diante. Lembrando que, no caso da alfabetização por meio do Sistema Braille, deve-se trabalhar, em primeiro momento, a leitura e, posteriormente, a escrita.

Isso se dá pelo fato de a escrita feita na reglete exigir um maior desenvolvimento da coordenação motora fina. E durante o processo de leitura, os alunos usuários do referido sistema vão adquirindo destrezas nas pontas dos dedos. Voltando a discussão vygotskyana, percebe-se que o aprendizado implica o desenvolvimento e vice-versa. Sendo assim, são determinados pelo menos dois níveis de desenvolvimento, o real e o potencial.

O primeiro é aquele em que a criança é capaz de realizar atividades complexas, sem a ajuda de outra pessoa. Esse nível de desenvolvimento determina funções que já amadureceram. Ele caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente.

6

O processo de aprendizagem de uma criança portadora de deficiência visual requer procedimento e recursos especializados. Para que seu crescimento global se efetive verdadeiramente, faz-se necessário que lhe sejam oferecidas muitas oportunidades de experiências e material concreto adequado, pois inúmeras habilidades devem ser trabalhadas.

A criança com deficiência visual deve participar de todas as atividades propostas, que estimulem a exploração e o desenvolvimento amplo dos outros sentidos, formando uma aprendizagem que tenha significado. Portanto, na ausência da visão, a audiodescrição surge como outro instrumento que deve ser oferecido e utilizado nas escolas. Audiodescrição é um recurso de tradução de imagens em palavras, visando à explicação

das imagens, dos objetos, entre outros.

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço que deve ser garantido e oferecido em toda e qualquer escola, por professores especializados em atender às crianças com necessidades especiais. Esse atendimento deve ser oferecido em trabalho conjunto com o professor da escola inclusiva, para que juntos possam proporcionar aos estudantes a participação ativa nas atividades escolares.

Matos (2012) enfatiza a importância da formação de educadores para o atendimento das necessidades educativas de todas as crianças, com ou sem deficiência, tendo em vista a concepção de Educação que respeita a diversidade. Ensinar uma criança com deficiência visual não é tarefa fácil, pois a ausência da visão dificulta o estabelecimento da contextualização do mundo exterior.

É importante lembrar que as pessoas com deficiência visual são capacitadas, com o seu cognitivo perfeito e excelentes ações motoras, e a única dificuldade está na forma que conduzirá e interpretará o mundo. A habilidade para compreender, interpretar e assimilar será ampliada através da variedade de experiências, estimulando o seu desenvolvimento.

Masini (1994) enfatiza que, ao interagir, conhecer e explorar, estamos contribuindo para o desenvolvimento de habilidades motoras, equilíbrio, ensinando noções de mobilidade e orientação que ultrapassarão o âmbito escolar. Por isso, é importante destacar que, não se faz necessário supervalorizar ou subestimar a criança com deficiência. Devemos ter em mente que é necessário saber as suas limitações, mas, além disso, saber valorizar as suas potencialidades, que, no caso da cegueira estão relacionadas diretamente às condições estruturais e materiais de acessibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É extremamente pertinente considerar a relevância desta produção sinalizando que ainda são insuficientes as construções em torno do processo de alfabetização de deficientes visuais dentro da rede pública de ensino. Fundamentar o desenvolvimento da língua escrita e oral de uma criança cega dentro da teoria tomada como referência nesse artigo é um forte indício de que a escola pode ser inclusiva por essência e tornar-se o diferencial no que se refere a aquisição de conhecimento e socialização de especiais

A sociedade atual exige uma escola para todos e que atenda ao perfil social vigente, além de ter de preparar cidadãos competentes para o convívio social. Cada aluno é único em sua forma de aprender e de conviver e para isso a escola precisa encontrar formas de contemplar a todos com competência.

A inclusão trouxe a necessidade de repensar a educação e a instituição escolar, principalmente pelas dificuldades enfrentadas pelos docentes. Por isso, traz consigo mudanças na forma de ver, pensar e fazer a educação escolar e à docência. Ela surge como um estímulo para se pensar a educação a partir da oportunidade de rever e repensar práticas escolares.

O professor, diante dessa realidade, precisa desempenhar seu papel profissional, sua forma de trabalhar e de se relacionar com seus alunos em uma abordagem diferenciada e amorosa, com o compromisso de democratizar o espaço escolar e promover o desenvolvimento e a aprendizagem.

Aprender a trabalhar com o aluno DV requer saberes que vão sendo adquiridos no dia a dia, na prática e na interação com os colegas. É preciso compreender o processo de aprendizagem dessa criança, aprendendo suas descobertas e promovendo seu desenvolvimento, a fim de que a ação educativa esteja de acordo com as suas necessidades.

A partir desta pesquisa, conclui-se que o processo de alfabetização do aluno com deficiência visual requer múltiplas ações e um procedimento pedagógico que seja adequada às suas especificidades. Não há maneira adequada para educar, é preciso ir fazendo descobertas no decorrer da alfabetização, e para isso o professor precisa conhecer a criança que tem em sala de aula. O desafio do professor não é somente inserir o aluno na classe, mas aprender como trabalhar com ele, e para isso deve acreditar em seu potencial.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Célia M. Araújo de; ALVES, Maria Glicélia. **A criança cega vai à escola: preparando para a alfabetização**. 1ª edição. São Paulo, Fundação Dorina Nowill, 2008.

BERSCH, Rita; Machado, Rosângela. **Tecnologia Assistiva- TA: Aplicações na educação**. Disponível em: <http://elaineaee.blogspot.com.br/2011_10_01_archive.html> Publicado em 31 out. 2011.

CARLETTO, Marcia R. Vissoto. **A estimulação essencial da criança cega**. 2014.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus. **Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** 2ª edição. Porto Alegre, editora Artmed, 2004.

KUPFER, Maria Cristina. **Freud e a Educação:** o mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 1989, p. 46. Disponível em www.pedagogiaaopedaletra.com.br/.../a-importancia-do-meio-familiar-n.

MOSQUERA, Carlos Fernando França. **Deficiência visual na escola inclusiva.** 1ª edição. Curitiba, editora intersaberes, 2012.

SANTOS, Rejane. **Sala de Recurso: Atendimento especializado ou reforço escolar?** 2009. Artigo disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/sala-de-recurso-atendimento-especializado-ou-reforco-escolar/26480/>> Publicado em 16 out. 2009.

SILVA, Maria das Dores M. da. **Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência visual.** Artigo disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/14238/atendimento-educacional-especializado-a-alunos-com-deficiencia-visual>> Publicado em 26 de junho de 2012.

SOUZA, Ricardo Ferreira de; Fratari, Maria Helena D. **Alfabetização da criança cega nas séries iniciais.** 2011. 12 f. Artigo (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Católica de Uberlândia, MG. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv3n5/artigo34.pdf>>